

EDITORIAL

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Este Dossiê da Revista Panorâmica on-line congrega artigos que resultaram do projeto de extensão “Educação em tempos de pandemia: contribuições das Ciências Humanas e Sociais”, realizado pelo Curso de Letras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, do Campus Universitário do Araguaia-MT, entre setembro e dezembro de 2020. Os debates realizados no projeto tiveram como base a análise dos impactos da pandemia provocada pelo vírus Sars CoV-2 no Brasil, que se instalou em nível global em março de 2020, colocando em pauta o acirramento das desigualdades sociais, econômicas, educacionais, de gênero, étnicas e raciais, além de outros temas importantes, como empatia, inclusão, sentido de vida e de morte.

O vírus, ao se propagar rapidamente, gerou uma crise sanitária mundial e a Organização Mundial de Saúde (OMS), visando reduzir o contágio, sugeriu como medidas para contenção da doença o isolamento e o distanciamento sociais. Essas medidas geraram impactos e mudanças no cotidiano das sociedades, atingindo as atividades econômicas, escolares, culturais, religiosas, as relações familiares, entre outras.

No Brasil, a pandemia revelou a face de um país desigual e excludente e, ao contrário das opiniões baseadas no senso comum de que a pandemia atingiria a todos igualmente, impactou com maior intensidade a população que já vivia em condições de desigualdade social, revelando as fragilidades da economia brasileira resultantes de uma crise econômica com base na austeridade do Estado, com redução de investimentos em demandas sociais¹, a desindustrialização, o trabalho informal e a produção de bens primários e que, além disso, apresentava alto índice de desemprego (13,5%) (COSTA, 2020).

A população mais afetada pela crise foi a que vive do trabalho informal. Em 2020, 40,8% dos trabalhadores viviam de subempregos, subcontratos, renda irregular (IBGE, 2017), representando 37 milhões de brasileiros que trabalham sem direitos, como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), licença-maternidade e seguro-desemprego (COSTA, 2020).

Essa população que vive da informalidade é a mesma que historicamente tem sido negligenciada pelo Estado brasileiro, que vive em bairros sem saneamento básico (água

¹ Desde o ano de 2016, época do governo do Presidente Michel Temer, o Estado brasileiro tem administrado os gastos públicos pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que limita as despesas da União até o ano de 2036, e compromete a oferta de serviços essenciais, como educação, saúde, saneamento básico, oferta de moradias populares, entre outros, e afeta diretamente as populações mais pobres.

potável, rede de esgoto), sem infraestrutura adequada, em habitações insalubres, com alta densidade populacional, com transporte público precário ou inexistente, sem acesso a internet, com atendimento escolar e à saúde precários. Uma parte dessa população vive em situação de vulnerabilidade, morando nas ruas, passando fome, sem acesso à educação e à saúde (COSTA, 2020; SANTOS *et al.*, 2020).

Observando mais detalhadamente, a desigualdade social também se apresenta como desigualdade racial. Estudos realizados por Santos *et al.* (2020) revelam que a participação da população preta e parda em ocupações informais é de 47,3%, e que essa população também compõe a maioria das comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, de pescadores artesanais, dos catadores de recicláveis, dos que vivem em situação de rua, das pessoas privadas de liberdade, entre outros.

Outra pesquisa indica que a população negra é a mais atingida pela epidemia, apresentando os maiores índices de óbitos causados pela Covid-19, os óbitos de homens negros são de 250 a cada 100 mil habitantes, enquanto os brancos computam 150; os óbitos das mulheres negras atingiram 140 por 100 mil habitantes, enquanto os de mulheres brancas contaram 85 óbitos (PECHIM, 2020).

A desigualdade social também tem gênero. As mulheres que já conviviam com dupla jornada de trabalho foram sobrecarregadas com a administração do trabalho em casa, o trabalho da casa e a educação dos filhos. Dados do IBGE/Pnad (2018) indicavam que, em 45% dos domicílios brasileiros, as mulheres são as únicas responsáveis pela renda familiar e que 25% desse total são mulheres que vivem do trabalho informal. Na época da pesquisa, 10% dessas mulheres tinham como fonte de renda apenas os poucos recursos de Programas Sociais. Com a pandemia, cerca de sete milhões de mulheres perderam seus postos de trabalho, e entre os homens a perda foi de dois milhões. As mulheres também sofreram com o aumento da violência doméstica, só o caso de feminicídio havia crescido 22%, apenas entre os meses de abril e março de 2020 (COMOLI; CONTA, 2020).

A educação escolar também foi afetada, sobretudo a da escola pública. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/BPS 28, 2021) destaca que o fechamento das escolas e a instituição do ensino remoto escancararam os problemas antes existentes. Em relação aos professores, trouxe à tona problemas como a falta de recursos digitais ou recursos inadequados na escola e em suas casas; problemas de acesso à internet; dificuldades dos professores em se adaptarem ao ensino a distância e ao uso das tecnologias da informação, além de muitos não possuírem ambientes adequados em suas casas para as

aulas remotas. Em relação aos estudantes, os mais pobres ficaram sem acesso ao ensino remoto, por não terem acesso à internet, seja por banda larga ou smartphones. Dados do IBGE/Pnad (2019) indicam que mais de cinco milhões de estudantes de todos os níveis de ensino não têm acesso à internet banda larga ou 3G/4G. Os mais afetados foram os estudantes do ensino fundamental, 4,35 milhões de estudantes. No ensino médio, foram 780 mil estudantes atingidos. Embora estes sejam apenas alguns dos problemas relacionados ao fechamento das escolas, mostram que os estudantes das escolas públicas, sobretudo os mais pobres, se encontram em desvantagem quando comparados aos das escolas privadas, tanto em nível de conhecimento quanto de oportunidades.

Estes problemas relacionados à desigualdade no Brasil são apenas alguns dentre os que serão apresentados nos artigos que compõem este dossiê e que trazem contribuições relevantes sobre os impactos da epidemia no país. Esse projeto mostra que a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), representada pelo curso de Letras do ICHS - Campus Universitário do Araguaia está exercendo seu papel de produtora de conhecimento, apresentando subsídios que auxiliam a compreensão desse momento histórico e que subsidiam ações e lutas futuras que, por ventura, tenham como objetivo exigir ações mais efetivas do governo brasileiro, visando mitigar as desigualdades sociais.

Prof.^a Dr.^a Marinete Covezzi

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD - 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 19 maio 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD - 2019. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 18 maio 2021.

COMOLI, E. ; CANTO, k. Pandemia impacta mais a vida das mulheres. Cultura e sociedade Lab-19, AGO/2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/08/19/pandemia-impacta-mais-vida-das-mulheres>. Acesso em: 19 maio 2021.

COSTA, S. da S. Pandemia e desemprego no Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 54 (4): 969-978 jul. - ago. 2020.

IPEA- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Políticas sociais: acompanhamento e a análise. Boletim de Pesquisa Social, nº 28, 2021. Disponível em: [políticas_sociais/210409_boletim_bps_28_educacao.pdf](https://www.ipea.gov.br/publicacoes/boletim-de-pesquisa-social/210409_boletim_bps_28_educacao.pdf). Acesso em: 18 mai. 2021.

PECHIM, L. COVID-19: Doenças Crônicas, Doenças Evitáveis, População Negra, Racismo Institucional. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/> Acesso em: 20 maio 2021.

SANTOS, M. P. A. dos. *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. Estudos Avançados, n. 34 (99), 2020.

